



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CONFERÊNCIA NACIONAL
DE HISTÓRIA
SIMPÓSIO

CONTRA OS PRECONCEITOS:
HISTÓRIA E DEMOCRACIA

UF
GD

“Representações da política de Vargas no Território Federal de Ponta Porã”

Mestranda: Lúcia de Moura Santos

Resumo

Procuraremos desvendar as estruturas de funcionamento, organização e desenvolvimento do Território de Ponta Porã, criado durante a política do Estado Novo, a *Marcha Para Oeste*. Esse *slogan* foi pensado para divulgar o programa do governo do presidente Getúlio Vargas, que tinha entre seus objetivos praticar políticas no sentido de integrar, desenvolver e proteger as regiões mais distantes do país. Assim a criação dos Territórios Federais iria garantir tanto o povoamento de áreas desabitadas, quanto o controle do Estado brasileiro de suas áreas fronteiriças, um dilema recorrente desde o século XVIII. Além do aspecto da criação e os objetivos do governo analisaremos seu significado para a população da região, analisando o contexto político, social e econômico nacional do período, que levou o presidente Getúlio Vargas a expedir o decreto-lei 5.812, de 13 de setembro de 1943, por meio desse decreto foram criados os territórios federais do Iguazu, desmembrado dos estados do Paraná e Santa Catarina; de Ponta Porã, desmembrado de Mato Grosso; Amapá, desmembrado do Pará; Rio Branco (atual Roraima) desmembrado do Amazonas; e Guaporé (atual Rondônia), desmembrado dos estados do Mato Grosso e do Amazonas. Propomos aqui realizar um breve relatório de fontes a serem utilizadas no tema proposto para a dissertação de mestrado *O Território Federal de Ponta Porã – 1943-1946*. A problemática a ser abordada está diretamente ligada aos objetivos propostos, pois a ausência de informações concretas a esse período nos leva ao principal objetivo que é delinear a trajetória histórica do Território.

Palavras-chave: Território Federal, administração, representação.



Este artigo pretende demonstrar os resultados parciais de pesquisa realizada para dissertação de mestrado com o título Território Federal de Ponta Porã 1943-1946. Para alcançar os objetivos propostos pretendemos coletar fontes de natureza diversa para poder mostrar o território, sua organização, como foi seu processo de implementação no sul de Mato Grosso, relacionando com a política de Vargas no período, a Marcha para o Oeste. Mostrar como o território se materializou em algumas obras concretas e em projetos que não se concretizaram pelo seu curto período de duração, não comprar simplesmente a ideia das fontes oficiais, e não entrar no mérito do progresso e nem do abandono, ver os diferentes pontos de vista e perspectivas. Trazer o trabalho do território para a historiografia, mostrar esse presente ausente.

As fontes utilizadas para tentar responder a esses questionamentos são em sua maioria documentos oficiais expedidos pelos órgãos administrativos do governo do Território, que eram por sua vez subordinados diretamente ao governo Federal. Parte desses documentos se encontram microfilmados e com acesso a pesquisa, além de relatórios emitidos, dados estatísticos do período que ajudarão a compreender o funcionamento e a administração do território, assim como suas obras concluídas e as que não tiveram tempo de serem executadas, mas que constavam nos planos elaborados pelos governadores.

Encontramos citações de jornais que circularam no período analisado (1943-1946), nas obras de memorialistas e como estes propagandeavam o governo, destacando as realizações da administração do Território. Entre esses jornais há imagens da *Gazeta Oficial* do Território Federal de Ponta Porã com edições do ano I – 1945, além dos jornais *A Folha do Povo* e o *Ponta Porã*. Porém, não tivemos acesso aos periódicos originais até o momento, estamos em processo de agendamento para conversar e/ou entrevistar o autor da obra que apresenta os jornais. Existem memorialistas que citam em seus trabalhos a existência do Território, além de alguns trabalhos acadêmicos que fazem o mesmo, porém, são citações vagas, abrangendo um ou outro aspecto. Após a conclusão de todo o trabalho pretendemos proporcionar uma referência mais completa acerca de diferentes aspectos não apenas em relação a administração, mas também no cotidiano das pessoas.

Os relatórios, correspondências e outros documentos produzidos pelos órgãos do Território se encontram arquivados no Arquivo Nacional (RJ), onde já iniciamos pesquisa e coletamos alguns materiais por meio de registro fotográfico. Mas uma boa parte dessa documentação está disponível, em cópia, no Centro de Documentação Regional da UFGD



– CDR, em microfimes, onde também já iniciamos o trabalho de pesquisa, porém há muito a se pesquisar, será um trabalho minucioso de análise dessas fontes para conseguirmos demonstrar em diferentes aspectos o cotidiano vivido entre 1943-1946, período de existência do Território.

Agora faremos uma reflexão sobre uma das fontes a serem trabalhadas na pesquisa, o Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Governador Dr. José Alves de Albuquerque, referente aos anos 1944, 1945 e 1946, período de existência do Território Federal de Ponta Porã. Este relatório foi elaborado pelo governador após a extinção do Território em 18 de setembro de 1946 pela nova Constituição, e entregue em 28 de fevereiro de 1947 para o Presidente da República Eurico Gaspar Dutra.

Trata-se de um documento oficial produzido para informar e exaltar a atuação do Governo Federal na região, sendo editado no Rio de Janeiro pela Gráfica Laemmert Limitada em 1947. Contém 216 páginas, divididas em 16 capítulos descrevendo a criação e a instalação do Território, planos de trabalhos idealizados e realizados entre os governos dos três governadores, respectivamente, Coronel Ramiro Noronha, Guiomar dos Santos e Dr. José Alves de Albuquerque. Cada capítulo contém fotos representando as obras realizadas, além de tabelas e quadros informativos, para tanto existem dois índices, um destinado aos capítulos e outro destinado as gravuras, ao fim do relatório, após a conclusão do mesmo.

Após analisarmos o documento percebemos que ele possui teor de um documento-monumento, uma vez que ele foi produzido com a intenção de encerrar a história do Território, era um relatório definitivo. O autor ao elaborar o documento teve uma pretensão totalizante com o documento, contar toda a história do início ao fim, quando o governador descobriu que o território chegaria ao fim, ele quis eternizar toda essa história e seus feitos em uma fonte oficial, como uma certidão do mesmo. A ideia era não deixar o Território desaparecer da história, seria uma maneira também de eternizar seu nome, pois sempre que se falar ou pesquisar sobre esse assunto o nome dele estaria diretamente vinculado ao material. Então a produção do documento não é inocente, ele salvou o Território do esquecimento e elevou junto a sua imagem.

A apresentação do documento nos ajudou a chegar a essas conclusões, ele tem o formato de um álbum gráfico, capa dura, medindo 32cm x 22cm, imponente e cheio de fotografias para comprovar seus feitos. Ele seria a voz autorizada se impondo sobre o que foi o Território. Obtivemos essa informação através do site da Biblioteca do Ministério



da Fazenda no Rio de Janeiro coleção memória estatística do Brasil, onde o relatório se encontra disponível para consulta em versão digital.

Ao longo da existência do TFPP houve três governadores em sua administração e segundo o Decreto-Lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943 (Art. 4º, inciso XVI) era atribuição dos governadores “XVI - apresentar ao Presidente da República, por intermédio do Ministro da justiça e Negócios Interiores, um relatório anual de sua gestão”. Porém não encontramos o relatório dos demais governadores, apenas o relatório final, que coube ao então Governador Dr. José Alves de Albuquerque redigir após a extinção do Território, sendo este reincorporado ao então Estado de Mato Grosso.

O documento possui inúmeras faces cabendo ao pesquisador a análise criteriosa desta fonte, levando-se em consideração que houve no último século a ampliação dos *documentos*, ou no conceito atual *fontes*, que deixaram de ser considerados apenas os documentos oficiais, “verdadeiros”, que passavam por criteriosa avaliação para testar sua veracidade e passaram a ser considerados em diferentes aspectos e quantidades. “A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar sobre ele” (BLOCH, 2001, p.79).

Não existe história sem suas fontes, seus documentos, ou ainda como coloca Paul Veyne, a história é, em essência conhecimento por meio de documentos. Mas não é tarefa fácil selecionar e interpretar essa multiplicidade de opções que se apresenta para o historiador, deve-se ter todo o cuidado ao analisar suas fontes.

Quer se trate de documentos conscientes ou inconscientes (traços deixados pelos homens sem a mínima intenção de legar um testemunho à posteridade), as condições de produção de documentos devem ser minuciosamente estudadas. As estruturas do poder de uma sociedade compreendem o poder das categorias sociais e dos grupos dominantes ao deixarem, voluntariamente ou não, testemunhos suscetíveis de orientar a história num ou noutro sentido; o poder sobre a memória futura, o poder de perpetuação, deve ser reconhecido e desmontado pelo historiador. Nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é “falso”, avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo. Os documentos só passam a ser fontes históricas depois de estar sujeitos a tratamentos destinados a transformar sua função de mentira em confissão de verdade. LE GOFF, Jacques, 2003, p.110)

Essa definição amplia o trabalho do historiador, pois, acrescentou a memória e seu processo de fabricação, ou seja, as formas de poder envolvidas em sua produção, ou



não, o historiador deve saber interpretar seus documentos, nem tudo que se apresenta como verdadeiro realmente é da mesma forma que se apresenta. A partir de definição de Le Goff podemos analisar a construção do discurso do Estado Novo, período da criação dos Territórios Federais. Em 1938 o presidente Getúlio Vargas lançou sua campanha *Marcha para Oeste*, visando a integração territorial do país, a partir de estudos realizados por diferentes instituições criadas pelo próprio governo para dar embasamento à sua política, tais como o Conselho Nacional de Cartografia, Conselho Nacional de Geografia, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Inserido no contexto político mundial, visava criar mecanismos eficientes para proteger as fronteiras, e ocupar os espaços “vazios” do Oeste. Essa era uma forma de garantir a presença e a autoridade dos agentes oficiais. Assim, o Estado, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), difundia sua política buscando apoio e legitimação da população.

De acordo com a política implantada a *Marcha* buscava despertar, no povo que vivia na fronteira, o sentimento de nacionalidade e brasilidade, ocupando os espaços, além de relembrar o culto aos heróis nacionais como os bandeirantes. Assim tratava-se de reconstruir a nacionalidade nos lugares mais isolados, menos povoados e até então considerados desamparados pelo governo central. Em suma, essa propaganda, como destacou Alcir Lenharo, era a de difundir tal imagem com base no ideal de uma nova ordem, em que a política passasse a ser entendida como ato amoroso a envolver, reciprocamente, governantes e governados.

Essa política se efetivou com a criação e instalação dos territórios nacionais, inseridos na política varguista, todos criados como sendo uma necessidade para a nação. Nessa perspectiva Bacellar nos chama a atenção lembrando que é necessário contextualizar o documento, devemos entender o texto no contexto de sua época, e isso diz respeito também aos perigos dos diferentes significados das palavras e expressões que se modificam ao longo do tempo. Cabe ressaltar também que segundo o autor documento algum é neutro, ele sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou órgão que o escreveu. Vejamos então as palavras do Sr. Presidente da República na época:

[...] O escasso povoamento de algumas regiões fronteiriças representa, de longo tempo, motivo de preocupação para os brasileiros. Daí a ideia de transformá-las em territórios nacionais sob a direta administração do Governo Federal. [...] A criação de territórios fronteiriços nas zonas colindantes e de população esparsa deve ser considerada, por isso, medida elementar de fortalecimento político e econômico. O programa



de organização e desenvolvimento desses territórios resume-se em poucas palavras: “sanear, educar, povoar”. Eis a finalidade da criação dos Territórios Nacionais. (*Publicado em Brasil – 1943-1944 - M.R.E. – Rio de Janeiro – 1945, p. 386-400. In. Medeiros, 1946, p. 230).

No entanto, a realidade da época do Sul de Mato Grosso era diferente da utilizada nos discursos oficiais do governo, possuía suas especificidades, fato que o governo federal na época não levou em consideração. Segundo Le Goff devemos desconstruir esse discurso oficial e compreender as relações de poder naquele período, podemos sim usar os documentos oficiais como fonte, mas realizar uma interpretação minuciosa, levantar questionamentos, pois cada tipo de fonte exige um tratamento diferente, no interior de uma problemática.

Era incorreto pensar em espaços vazios, pois, na primeira metade do século XIX a região do extremo sul da Província de Mato Grosso era habitada por populações indígenas e o território era pouco conhecido pelo governo imperial. Situação que se inverte após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) e a liberação do rio Paraguai, com a demarcação das terras e a conseqüente exploração dos ervais nativos, além da vinda de migrantes para outras atividades econômicas, como salienta Queiroz:

Parece, de fato, fora de dúvida que foi graças à abertura do rio Paraguai que pôde ter início a exploração dos vastos ervais nativos existentes nas matas do extremo sul do SMT. [...] No tocante a essa economia ervateira, costuma-se em geral realçar a presença e as atividades da grande empresa historicamente conhecida como *Companhia Mate Laranjeira*, estabelecida formalmente (embora ainda não com esse nome) em 1883. Contudo, deve-se assinalar que, nesse extremo sul do SMT, a partir de 1870, configurou-se um complexo universo econômico, envolvendo muitos outros atores, além da Mate, e englobando atividades agropecuárias e comerciais (QUEIROZ, 2008, p. 20).

No início da década de 1930 foi realizado um estudo que se preocupou em rever a divisão territorial no Brasil, por uma Comissão Nacional de Redivisão Territorial, pois segundo o Governo Federal havia a necessidade de organizar o espaço brasileiro devido a uma preocupação no âmbito da fragilidade das fronteiras da nação frente à ameaça de forças externas. A partir desse estudo foram traçados alguns objetivos, dentre os quais se destacam: proteger as regiões fronteiriças de vazio demográfico; garantir a atuação do governo em regiões longínquas e criar condições jurídicas e econômicas para reorganizar o espaço brasileiro, de acordo com as orientações constitucionais.



Assim a criação dos Territórios Federais iria garantir tanto o povoamento de áreas desabitadas, quanto o controle do Estado brasileiro de suas áreas fronteiriças, um dilema recorrente desde o século XVIII, nobre discurso implantado pelo governo e que circulava o país todo em diversos meios de comunicação, discurso que deve ser percebido e desconstruído pelo historiador em sua pesquisa, ou nas palavras de Michel de Certeau em sua operação historiográfica.

Ao elaborar sua problemática, coletar e analisar suas fontes o historiador está em processo de construção da história, e caminha em direção as três dimensões da historiografia, segundo a análise de Certeau, um lugar social, uma prática e uma escrita, pois, a articulação da história com um lugar se volta para à análise da sociedade. Vejamos a explicação do autor:

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* “científicas” e de uma *escrita*. (CERTEAU, Michel, 1982, p. 65)

A partir dessa breve análise podemos concluir que o trabalho do historiador não é singular, mas sim plural, apresentado em diferentes etapas que se relacionam entre si e reciprocamente. As metodologias disponíveis são variadas, mas precisam ser reguladas, “não é possível ignorar o fato de que a regulação metódica da pesquisa histórica depende das determinações prévias sobre o que deve ser elaborado como ‘história’ a partir do material das fontes” (RUSEN, Jorn, 2007, p. 25).

Assim fazemos a história, que serve para revelar o passado, para conhecer, para compreender, para explicar, para esclarecer, para demonstrar novas abordagens, para dar sentido e para representar toda essa gama de atributos através da escrita, não abandonando jamais o olhar crítico do historiador e a contextualização das fontes disponíveis, que não é tarefa fácil, porém se torna muito gratificante ao ser concluída. “Portanto, o desafio historiográfico é infinitamente aberto, abrangente, flexível, fascinante! Tudo é história,



inclusive a própria historiografia. Tudo é historiografia, inclusive o “todo” e o “nada”!” (REIS, José Carlos, 2010, p. 27-27).

Retornando para nossa fonte percebemos que de modo geral o relatório apresenta uma visão positiva do território e dá continuidade ao discurso utilizado pelo governo na Marcha para Oeste de ocupar os espaços vazios, ele apresenta a redivisão territorial como a solução para vencer as dificuldades econômicas do país, sendo que o primeiro passo já fora dado com a criação dos territórios. Albuquerque utiliza-se de um discurso formal para demonstrar o quanto a região prosperou com intervenção do Governo Federal na região e como se poderia alcançar melhores resultados com a possível continuidade desse, e faz esse pedido em diferentes momentos do texto. Vejamos suas palavras iniciais:

Excelentíssimo Senhor Presidente da República
Em cumprimento ao que estabelece o art. 4^o N.º XVI do Decreto-lei n.º 5.839, de 21 de setembro de 1943, vimos trazer a Vossa Excelência o relato sucinto de como se processou a administração do Território Federal de Ponta Porã, recentemente extinto, no período de 1944 até o dia 5 do mês corrente, data que se efetivou, oficialmente, a entrega a Mato Grosso, daquela unidade, de acordo com o dispositivo constitucional. (ALBUQUERQUE. Relatório, 1947, p. 05)

Observamos que a data de início é 1944, isso devido a instalação do território que ocorreu efetivamente nesse ano, sob o governo de General Ramiro Noronha, responsável por iniciar os trabalhos na região. Albuquerque menciona a cada item a participação dos demais governadores, logo no início explica sobre a existência dos três governos, sempre destacando o trabalho de continuidade e esforços para atingir os objetivos do Governo Federal em cada governo.

O relatório foi produzido para demonstrar a visão oficial do Governo “fronteiras esquecidas”, essa é a visão da fonte, ela apresenta a visão de progresso que foi proporcionado pelo Governo Federal, com sua administração direta para toda a região, que até então era longínqua e atrasada, sem o sentimento de pertencimento a nação e sem o menor respeito por seus símbolos. É uma fonte de informações importantes, porém tem seu viés oficial e não entraremos nesse aspecto de progresso adotado no documento.

Analisamos alguns capítulos do relatório, mas ainda não em sua totalidade, ao todo são dezesseis capítulos, nesse momento apresentaremos a análise do primeiro capítulo por este apresentar um panorama geral do que os demais apresentam, além de descrever o processo de criação e instalação do Território. Vejamos agora o título dos capítulos existentes:



- I. A Criação Do Território.
 - II. O Plano Quinquenal De Obras e Equipamentos. A Sua Execução.
 - III. Plano Rodoviário. — Sua Execução.
 - IV. Plano Urbanístico. — Sua Execução.
 - V. Educação.
 - VI. Saúde.
 - VII. Desenvolvimento da Produção.
 - VIII. Terras — Colonização.
 - IX. Obras.
 - X. Segurança.
 - XI. Geografia e Estatística.
 - XII. Administração.
 - XIII. Poder Judiciário.
 - XIV. Política Internacional — Intercâmbio Com A Fronteira Com O Paraguai
 - Visitantes Ilustres.
 - XV. Visitantes Ilustres.
 - XVI. Extinção Do Território — Entrega A Mato Grosso
- Conclusão

O primeiro com o título A Criação do Território destaca a política de colonização do Governo Federal como necessária, pois o regionalismo é sinônimo de atraso sendo o responsável por inúmeros males ao progresso ascensional da Nação. Nesse contexto os territórios são colocados mais uma vez como a solução desses problemas, sendo um sinal de civilização para aquelas regiões afastadas, somente assim os colonos nacionais teriam toda a assistência necessária para seu desenvolvimento. Nas palavras do redator, “seria a resultante dessa colonização fronteiriça, que não pode e não deve ser descurada, tanto mais quanto nacionalizar importa dizer: povoar, educar, sanear, cultivar, industrializar, civilizar” (ALBUQUERQUE, 1947, p. 7).

As intenções do então ex Governador parecem claras ao elaborar o documento, em vários momentos declara seu desejo de continuidade do Território, pois os resultados destes são todos positivos, e os que não alcançaram êxito foi devido ao pouco tempo de existência do mesmo. Nesse aspecto Bacellar nos dá grande contribuição: “O historiador não pode se submeter à sua fonte, julgar que o documento é a verdade, assim como que o jovem candidato a recruta saiu de casa; antes de tudo, ser historiador exige que desconfie das fontes, das intenções de quem as produziu” (BACELLAR, 2005, p.64).

O primeiro capítulo é completo no sentido em que ele esboça grande parte das realizações e investimentos em diferentes setores ao longo dos três anos de atuação do Território, e que descreve melhor em cada capítulo adiante. Um dos principais aspectos presentes no relatório é a necessidade de se criar nessa população de fronteira um sentimento nacional de patriotismo, conforme Albuquerque muito precário na região, praticamente todas as obras caminham nesse sentido, pois a ideia era fazer a população



sentir a presença do governo e as melhorias que este podia proporcionar a toda a população, exaltando dessa maneira o governo e sentindo-se parte da nação.

O primeiro passo para desenvolver a formação dessa mentalidade nacional era a educação, vista como essencial para que se tivesse a noção de pátria, e para isso o governo do território investiu uma quantia considerável, em seu plano quinquenal onde havia previsões de investimentos a área da educação estava com o orçamento de Cr\$11.792.100,00, superior a outros setores como a saúde por exemplo que contava com orçamento previsto de Cr\$ 6.270.1600,00. Houve a construção de novas escolas, reformas das que já existiam, além da distribuição de todo o material escolar para as crianças, segundo o relatório.

Outro aspecto destacado no primeiro capítulo são os resultados obtidos pela administração territorial em relação a justiça, proporcionando na região a redução de crimes e contrabando, o que foi muito benéfico ao Governo Federal, pois gerou o aumento da renda federal com a exportação da erva. Porém, além de exaltar as ações do governo também cobra medidas, deixa claro a necessidade de investimentos em instalações e em servidores devido ao enorme trabalho ali efetuado. Havia o governo mandado construir lanchas para o patrulhamento da linha molhada da fronteira com o Paraguai, que após a extinção do Território foram redistribuídos junto com demais recursos aos demais territórios.

Para o bom funcionamento da administração territorial foi criada uma rede de comunicação por meio de rádio-telegrafia com 21 estações emissoras-receptoras entre os municípios do território. Completando os investimentos na área da administração e segurança o governo criou o Serviço Aéreo Territorial que dispunha de um avião, assim com toda essa infraestrutura e sob a ação direta do Governo Central logo teriam condições de se transformarem em novos Estados, e a população estaria a sua disposição todos os recursos necessários de modo permanente. E assim finalizamos o primeiro capítulo:

A criação dos territórios, não se pode deixar de se reconhecer, veio ao encontro dos anseios das populações abandonadas de nossas fronteiras, trazendo-lhes segurança, assistência médica, educacional e social, representando, indiscutivelmente, papel saliente na posse efetiva da terra do extremo Oeste do País, com a fixação de colonos assistidos de perto pelo Govêrno (...). (ALBUQUERQUE, 1947, p. 8).

Cabe ressaltar que o TFPP foi criado ao lado de outros territórios: Iguazu, Amapá, Rio Branco e Guaporé pelo Decreto Lei 5.812, de 13 de setembro de 1943 sob o mesmo



contexto e objetivos do Governo Federal naquele momento. Então não podemos analisar qualquer fonte do período sem contextualizar com a política nacional, sendo assim este é apenas o primeiro passo para esse trabalho com as fontes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBANEZ, Jocimar Lomba [2003]. *Sobre o processo de ocupação e as relações de trabalho na agropecuária: o Extremo Sul de Mato Grosso (1940-1970)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados.
- BACELLAR, Carlos. *Uso e mau uso dos arquivos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-79.
- BITTAR, Marisa [1997]. *Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997)*. 2 v. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a história*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- CARDOSO, Ciro F., VAINFAS, Ronaldo (org). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1988.
- DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- FRÓES, Milton Batista. *Aral Moreira e Juvenal Fróes: Os caminhos da erva-mate na fronteira sul-mato-grossense*. Maringá, PR: Massoni, 2007.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Edunicamp, 2003.
- LENHARO, Alcir. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas: Ed. Unicamp, 1986.
- LENHARO, A. *A sacralização da política*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1986a.



LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: Ed. J. Olympio, 1969.

LOPES, Sérgio. *O Território do Iguaçu no contexto da “Marcha para Oeste”*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

MAGALHÃES, Ney Ramão. *Um século de histórias: sul do MT – território federal de Ponta Porã – Sul do MS*. Ponta Porã: Marindress, 2013.

MEDEIROS, Océlio. *Territórios Federais: doutrina, legislação e jurisprudência*. Rio de Janeiro: Ed. Nacional de Direito, de 1944.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937- 1945)*. 1999. 255 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.

PINTO, Maiara Laís. *Da usina termoelétrica senador Filinto Muller à usina velha: contribuição à história de um patrimônio histórico-cultural douradense*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó [1997]. *As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1997.

_____. *Temores e esperanças: o antigo sul de Mato Grosso e o Estado nacional brasileiro*. In: MARIN, Jéri R.; VASCONCELOS, Cláudio A. de (Org.). *História, região e identidades*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.

_____. *Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)*. In: LAMOSO, Lisandra P. (org.). *Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. Dourados: Ed. UFGD, 2008. p. 15-65.

REIS, Elpídio. *Ponta Porã: polca, churrasco e chimarrão*. Ponta Porã: Ed. do Autor, 1981.

REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

RUSEN, Jorn. *Reconstrução do passado*. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Ed. UNB, 2007.



VARGAS, Getúlio Dorneles. *A nova política do Brasil*. 1940.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 2008.

FONTES

Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República, pelo Governador Dr. José Alves de Albuquerque 1944 - 1945 – 1946. Rio de Janeiro, Ed. Gráfica Laemmert, 1947.